



Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

EXERCÍCIO 2003

**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
C.N.P.J.: 17.186.370/0001-68**

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2003

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, sintetizando as principais ações desenvolvidas ao longo de 2003 e mostrando os resultados dos esforços empreendidos no exercício, alcançados com a parceria de setores representativos da iniciativa privada, o apoio de entidades governamentais e a dedicação de seus funcionários.

Apesar de ser ainda deficitário, o resultado do exercício apresenta sensível evolução quando comparado aos obtidos em 2001 e 2002, influenciado positivamente pela elevação das receitas operacionais em percentual superior ao de crescimento das despesas totais. Também tiveram forte impacto no balanço a reversão de provisões para o contencioso trabalhista e, pelo lado negativo, o elevado valor da rubrica depreciação.

No período, verificou-se o incremento de 12 pontos percentuais na taxa de ocupação dos armazéns, de uma média de 24,4% em 2002, para 36,82% em 2003, que, naturalmente, produziu reflexos nos resultados operacionais e financeiros, na imagem da Empresa e, principalmente, no ânimo e comprometimento dos funcionários, criando condições para o enfrentamento de novos desafios.

A melhor utilização da capacidade estática das unidades e conseqüente elevação do faturamento decorre da implementação de um novo conceito na negociação de serviços. Contratos de armazenagem vêm sendo firmados por prazos maiores, entre 24 e 36 meses, com pagamentos mensais, visando conferir maior previsibilidade ao fluxo de recebimentos e minimizar os efeitos da entressafra, quando as receitas são insuficientes para cobrir as despesas correntes.

As negociações concluídas em 2003 deverão garantir, em 2004, uma ocupação superior a 60% da capacidade instalada, com expressivo aumento em relação à taxa média histórica, inferior a 30%.

Nesse contexto de melhorias e expansão, foram desenvolvidas gestões visando triplicar a capacidade de transbordo da Empresa, uma conquista de enorme significado, visto ser este um serviço com grandes perspectivas de crescimento, além de traduzir-se em forte apoio para o incremento das exportações de grãos.

No âmbito administrativo, foram introduzidos aprimoramentos na estrutura organizacional, com extinção das gerências regionais e implantação do Escritório de Apoio Administrativo da Diretoria Operacional, em Uberaba, e dos núcleos responsáveis pelos serviços de engenharia técnica, manutenção, comercialização e controle. Deu-se continuidade aos processos de regularização de bens patrimoniais, redução do passivo trabalhista mediante celebração de acordos, contenção de despesas e racionalização de processos.

No que respeita à responsabilidade social, merece destaque o envolvimento com o Programa Fome Zero do Governo Federal. A CASEMG participa do Núcleo de Instituições Públicas Pró-Fome Zero de Minas Gerais (NIP-MG) e contribui em duas frentes: pela cessão de 10% da capacidade estática das suas unidades, a preço subsidiado, para armazenagem da produção de agricultores amparados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar–PRONAF; e pela cessão de áreas de terra para o cultivo de hortas comunitárias, em estufas convencionais e hidropônicas e em hortas tradicionais. O projeto é desenvolvido em parceria com organizações públicas e privadas, com o objetivo de produzir alimentos para famílias de comunidades carentes e comercialização do excedente.

Ao término de um ano altamente positivo para o agronegócio no País e no Estado de Minas Gerais, a CASEMG celebra sua evolução em qualidade e eficiência, reafirmando o propósito de continuar trabalhando com dedicação para alcançar a excelência, tornando o ano de 2004 ainda melhor do que 2003.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2003 E 31/12/2002
(EM REAIS)

ATIVO

ATIVO	31/12/2003	31/12/2002
CIRCULANTE	1.392.810	1.737.116
Disponibilidades	67.629	745.239
Contas a Receber Líquidas	760.029	459.167
Adiantamentos	44.778	27.871
Créditos e Valores	347.503	354.082
Estoque	23.811	34.499
Despesas Antecipadas	149.060	116.258
REALIZÁVEL A L. PRAZO	4.708.033	4.846.841
Créditos e Valores	3.587.287	3.963.338
Despesas Antecipadas	0	80.210
Cobranças Judiciais	1.463.412	1.084.620
(-) Provisão p/ Créditos Liq. Duvidosa	(361.968)	(281.327)
Dupls. à Receber em Cobr. Judicial	19.302	0
PERMANENTE	43.285.338	47.603.921
Imobilizado	151.638.521	151.793.125
(-) Depreciações Acumuladas	(108.353.183)	(104.189.204)
TOTAL DO ATIVO	49.386.181	54.187.878

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2003 E 31/12/2002
(EM REAIS)

PASSIVO

PASSIVO	31/12/2003	31/12/2002
CIRCULANTE	4.633.886	3.987.406
Fornecedores	404.027	307.233
Obrigações Fiscais	647.784	593.203
Salários e Contrib. Previdenciárias	747.133	832.208
Obrigações a Terceiros	1.903.798	1.260.960
Provisão para Contingências	623.306	822.592
Acordos Trabalhistas	307.483	171.210
Provisão para Indenizações	355	0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	13.318.157	17.701.189
Provisão para Contingências	6.726.117	10.474.337
Parcelamento REFIS	5.539.797	5.282.240
Outros Parcelamentos à L.Prazo	1.052.243	1.944.612
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.434.138	32.499.283
Capital Social	159.176.620	159.176.620
Prejuízo Acumulado	(126.750.975)	(112.787.936)
Prejuízo do Exercício	(991.507)	(13.889.401)
TOTAL DO PASSIVO	49.386.181	54.187.878

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(EM REAIS)

	<u>31/12/2003</u>	<u>31/12/2002</u>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	14.674.252	11.038.262
Armazenagem e Serviços	14.674.252	11.038.262
Deduções da Receita	(1.324.800)	(757.478)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>13.349.452</u>	<u>10.280.784</u>
CUSTOS OPERACIONAIS	(12.568.320)	(16.134.330)
Custos dos Serviços Prestados	(8.023.049)	(7.072.825)
Depreciação	(4.546.740)	(9.061.505)
Reversão de Provisões Constituídas	1.469	0
PREJUÍZO BRUTO	<u>781.132</u>	<u>(5.853.546)</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.976.218)	(7.949.545)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.452.915)	(4.903.627)
Reversão de Provisões Constituídas	2.963.754	0
Outras Receitas(Despesas) Operacionais Líquidas	660.921	567.985
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	(698.563)	(3.431.587)
Variação Monetária Ativa (Passiva)	(449.415)	(182.316)
PREJUÍZO OPERACIONAL	<u>(1.195.086)</u>	<u>(13.803.091)</u>
Receita (Despesa) não Operacional	203.579	(86.310)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	<u>(991.507)</u>	<u>(13.889.401)</u>

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(EM REAIS)

ORIGEM DE RECURSOS	<u>2003</u>	<u>2002</u>
De Terceiros		
Redução do RLP	554.027	-
Alienação do Imobilizado	131.003	220.705
Total das Origens	<u><u>685.030</u></u>	<u><u>220.705</u></u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Das Operações		
Prejuízo Acumulado	991.507	13.889.401
Ajustes de Exercício anteriores	73.638	488.071
Ajustes ao Resultado		
Depreciação	(4.546.740)	(9.061.505)
Variação Monetária Ativa	415.219	207.059
Variação Monetária Passiva	(1.215.021)	(3.615.123)
Provisão ELP	(524.883)	(219.576)
Reversão Provisão ELP	2.927.729	
	<u>(1.878.551)</u>	<u>1.688.327</u>
Aumento do RLP	-	747.329
Adições do Imobilizado	359.160	418.244
Diminuição ELP	1.755.461	156.210
Transf. Do ELP p/o Circulante	1.439.746	1.952.828
Total das Aplicações	<u><u>1.675.816</u></u>	<u><u>4.962.938</u></u>
 Aumento/Redução do Capital Circulante Líquido	 <u><u>(990.786)</u></u>	 <u><u>(4.742.233)</u></u>
 Demonstração da Variação do CCL		
Variação do Ativo Circulante	<u>(344.306)</u>	<u>(4.100.944)</u>
Variação do Passivo Circulante	<u>646.480</u>	<u>641.289</u>
	<u><u>(990.786)</u></u>	<u><u>(4.742.233)</u></u>

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS DE 2003 E 2002

	CAPITAL SOCIAL	LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldos em 31/12/01	159.176.620	(112.299.866)	46.876.754
Ajustes de Exercícios Anteriores conf. Nota Explicativa nº13		(488.070)	(488.070)
Prejuízo do Exercício		(13.889.401)	(13.889.401)
Saldos em 31/12/02	159.176.620	(126.677.337)	32.499.283
Ajustes de Exercícios Anteriores conf. Nota Explicativa nº 14		(73.638)	(73.638)
Prejuízo do Exercício		(991.507)	(991.507)
Saldos em 31/12/03	159.176.620	(127.742.482)	31.434.138

DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

CASEMIG - CIA. DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS											
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL											
AÇÕES SEM VALOR NOMINAL											
Nº DE ORDEM	ACIONISTAS	CAUTELA NÚMERO	CAUTELA DATA EMISSÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL VOTANTE	% PARTICIPAÇÃO CAPITAL TOTAL	VALOR R\$ ANTERIOR	AUMENTO DE CAPITAL	VALOR R\$ ATUAL	% NOVA PARTIC. CAPITAL TOTAL	NOVA QUANT. AÇÕES
	CAPITAL INTEGRALIZADO			36.738.216,761		100,0000000000	154.676.619,95	4.500.000,00	159.176.619,95	100,0000000000	37.807.040,061
	AÇÕES ORDINÁRIAS			34.774.684,809	100,0000000000	94,6553422407	146.409.683,98		150.909.683,98	94,8064382994	35.843.508,109
1	GOVERNO FEDERAL	360	22/12/1993	33.906.662,765	97,5038892188	92,2925927242	142.755.062,89	4.387.672,76	147.142.735,65	92,4399171620	34.948.796,517
2	CONAB	368	22/12/1993	742.667,252	2,1366548768	2,0215114353	3.126.805,56	96.104,47	3.222.910,03	2,0247363256	766.493,629
3	BDMG	369	22/12/1993	79.638,448	0,2290127098	0,216727612	335.296,78	10.305,57	345.602,35	0,2171187905	82.066,189
4	RURALMINAS	360	22/12/1993	36.611,905	0,1052832116	0,0996661880	154.144,82	4.737,74	158.882,56	0,0998152647	37.737,196
5	CREDREAL	361	22/12/1993	4.542,557	0,0130628272	0,0123646612	19.125,24	587,83	19.713,07	0,0123843987	4.682,176
6	BANCO BEMGE S/A	362	22/12/1993	4.538,272	0,0130505051	0,0123529981	19.107,20	587,27	19.694,47	0,0123727170	4.677,759
7	CSBC	363	22/12/1993	12,100	0,0000347954	0,0000329332	50,94	1,57	52,51	0,0000329859	12,472
8	AGRIPINO ABRANCHES VIANA	364	22/12/1993	3.902	0,0000112208	0,0000106222	16,43	0,50	16,93	0,0000106391	4,022
9	RAIMUNDO MENDES	365	22/12/1993	3.902	0,0000112208	0,0000106222	16,43	0,50	16,93	0,0000106391	4,022
10	MARCOS ABREU SILVA	366	22/12/1993	3.902	0,0000112208	0,0000106222	16,43	0,50	16,93	0,0000106391	4,022
11	MINAS CAIXA (Massa Falida)	367	22/12/1993	3.902	0,0000112208	0,0000106222	16,43	0,50	16,93	0,0000106391	4,022
12	JOSÉ KAIL SALES LACERDA	376	22/12/1993	1.180	0,0000033933	0,0000032132	4,97	0,15	5,12	0,0000032182	1,216
13	HUMBERTO ELRIK LADERA	369	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
14	HIGINO V. FONSECA	370	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
15	AFONSO M. N. FILHO	371	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
16	VICENTE PAULA PINTO (Espólio)	372	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
17	COOP. CONS. SERVIDORES DER	373	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
18	WALTER R. SILVA (Espólio)	374	22/12/1993	787	0,0000022631	0,0000021399	3,31	0,10	3,41	0,0000021434	811
	AÇÕES PREFERENCIAIS										
1	CONAB	26	22/12/1993	1.963.531,952		5,3446577593	8.266.935,97		8.266.935,97	5,1935617006	1.963.531,952
Capital atualizado em 31/12/2000											
				R\$ 154.676.619,95							
Capital atualizado em 10/10/2001 - Aumento de Capital de R\$ 4.500.000,00											
				R\$ 159.176.619,95							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(EM R\$1,00)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através de autorização contida na Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, com a finalidade de armazenar e ensilar produtos agrícolas, bem como de exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de Julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contábeis da Lei das Sociedades por Ações nº 6404/76 e nas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Descrição das principais práticas contábeis:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO:

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência do exercício.

b) ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

São demonstrados pelos valores de realizações incluindo, quando aplicáveis, atualizações monetárias e provisões para prováveis perdas. Foram apresentados no Realizável a Longo Prazo os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte.

c) ESTOQUES:

Os estoques de almoxarifado para uso e consumo estão avaliados ao custo médio de aquisição.

d) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DUVIDOSOS:

Constituída em montante julgado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização dos valores a receber em cobrança judicial.

e) DUPLICATAS VENCIDAS E NÃO LIQUIDADAS:

Estão registradas as duplicatas vencidas até dezembro 2001 em conta retificadora de Duplicatas a Receber (clientes), evidenciando as perdas previstas no recebimento destes créditos.

f) IMOBILIZADO:

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

g) PASSIVO CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. As obrigações da CASEMG vencíveis no exercício seguinte foram classificadas no Passivo Circulante e as obrigações com vencimento após o término do exercício seguinte, no Exigível a Longo Prazo.

h) EFEITOS INFLACIONÁRIOS:

As contas do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido foram atualizadas monetariamente até 31 de dezembro de 1995, quando, pela Lei nº 9249/95, a correção monetária de balanço foi revogada da Legislação Societária Brasileira.

3 – CRÉDITOS E VALORES NO ATIVO CIRCULANTE

Os saldos em 31.12.2003 e 31.12.2002 estão compostos como a seguir:

Conta	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
Concessão Direito Real de uso	30.595	33.373
Desapropriação de Imóveis	198.273	210.072
INSS a recuperar	117.284	107.120
Outros Créditos	1.351	3.517
Total	347.503	354.082

4 – DESPESAS ANTECIPADAS

Os saldos em 31.12.2003 e 31.12.2002 são compostos por:

Conta	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
Juros Financeiros a Apropriar	80.210	88.186
Prêmios de Seguros a Apropriar	20.271	18.337
Assinaturas e Anuidades a apropriar	7.894	9.435
Vale alimentação	38.390	-
Vale Transporte	2.295	-
Outras	-	300
Total	149.060	116.258

5 – CRÉDITOS E VALORES NO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O saldo desta conta, em 31.12.2003, no valor de R\$ 3.587.287 é composto pelos valores registrados de IRRF/PJ a recuperar, cujo saldo será compensado no REFIS; Empréstimo Compulsório Eletrobrás; desapropriação de imóveis a receber, “sub judice”; parcelas de imóvel desapropriado, e depósitos judiciais que representam valores alusivos à reclamatória, quer sejam recursais ou oriundos de autos de penhora em processos trabalhistas.

Foi feita provisão de perdas para os imóveis desapropriados sub.judice, no montante de R\$ 254.730, tendo em vista a expectativa de êxito no recebimento informada pela assessoria jurídica da empresa.

Conta	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
IRRF PJ a recuperar	1.973	38.442
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	16.092	14.368
Desapropriação de Imóveis sub.judice	1.705.040	1.711.317
Parcelamento de imóvel desapropriado	313.933	413.788
Depósitos Judiciais.e Vlrs. Bloqueados justiça	1.550.249	1.785.423
Total	3.587.287	3.963.338

6 – IMOBILIZADO

	Taxa média depreciação (a.a%)	2003	2002
Edificações	4	92.055.756	92.140.089
Máquinas Equipamentos	10	50.492.935	50.491.162
Móveis e Utensílios	10	696.185	685.373
Veículos	20	326.878	322.514
Armazéns e Silos	4	7.282.958	7.256.234
Terrenos	-	741.628	746.875
Obras em andamento	-	3.961	118.208
Direitos de propriedade	-	38.220	32.670
Depreciação Acumulada	-	(108.353.183)	(104.189.204)
Total		43.285.338	47.603.921

Durante o exercício de 2003 houve baixas do imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis e arrematação do imóvel de Presidente Olegário, no valor de R\$ 246.600, através de leilão oficial da Vara Trabalhista de Patos de Minas, para liquidação de sentença de reclamante, além de ajustes do inventário físico, cujo resultado líquido, ganho ou perda de capital, está apresentado no balanço pelo valor de R\$ 203.578.

Foi registrada redução nos custos de depreciação em relação ao ano de 2002, com significativo impacto no resultado contábil, em virtude de acentuado número de bens registrados no ativo imobilizado completarem o número de cotas de depreciação no período de vida útil estipulado quando de sua aquisição.

7 – SALÁRIOS E CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Os saldos de R\$ 747.133 em 31.12.2003 e R\$ 832.208 em 31.12.2002 inclui a provisão para férias acrescida dos encargos sociais no valor de R\$ 492.353 e R\$ 643.794, respectivamente.

8 – OBRIGAÇÕES A TERCEIROS NO PASSIVO CIRCULANTE

Os saldos em 31.12.2003 de R\$ 1.903.797 e 31.12.2002 de R\$1.260.960 são compostos por:

Conta	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
Aluguéis	17.849	16.594
Parcelamento Tributos Municipais	36.979	43.395
Parcelamento CEMIG	759.184	623.242
Parcelamento CONAB	980.320	477.367
Parcelamento Salário Educação	78.462	67.614
Contribuição para CSBC	12.949	15.452
Outras Obrigações	18.055	17.296
Total	1.903.798	1.260.960

9 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

A empresa mantém provisão para contingências registrada no Passivo Circulante, atingindo o montante de R\$ 623.306 e no Exigível à Longo Prazo o montante de R\$ 6.726.117, para fazer face às eventuais perdas futuras. Com base em parecer da Assessoria Jurídica, foi reforçada a provisão em R\$524.833, registrada no Exigível a Longo Prazo.

Em 2003 foram celebrados vários Acordos Trabalhistas, no total de R\$1.236.110. Para o próximo ano já foram negociados acordos no valor de R\$307.483, registrado no Passivo Circulante. Neste exercício procedeu-se à reversão de R\$ 2.729.510 da conta de provisão para contingências do Exigível a Longo Prazo, proveniente destes acordos trabalhistas.

10 – OUTROS PARCELAMENTOS A LONGO PRAZO NO EXIGÍVEL

Os saldos em 31.12.2003 e 31.12.2002 são compostos por:

Conta	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
Parcelamento Salário Educação	71.923	129.594
Parcelamento CONAB	980.320	1.074.077
Parcelamento CEMIG	-	740.941
Total	1.052.243	1.944.612

11 – REVERSÃO DE PROVISÕES

Neste exercício procedeu-se à reversão de provisões no valor de R\$ 2.963.754, sendo R\$ 225.215 referente à reversão de provisão de atualização monetária de contrato de parcelamento de dívida de fornecedor, a reversão de provisão de contingências, citada na Nota Explicativa nº 9, no valor de R\$ 2.729.510 e outras no valor de R\$ 9.029.

12 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Os saldos de R\$ 660.921 em 31.12.2003 e R\$ 567.985 em 31.12.2002 são compostos, principalmente pela receita de Concessão de Direito Real de uso.

13 – DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31.12.2003 e 31.12.2002 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras.

	Saldo em 31.12.2003	Saldo em 31.12.2002
Despesas Financeiras	1.026.364	3.992.940
Juros/Multas pagos ou incorridos:		
- Multas dedutíveis e indedutíveis	64.270	-
- Juros incorridos s/ Parcel.Contrib. Federais	26.833	28.376
- Juros incorridos s/Parcelamentos e Outros	356.782	130.918
- Juros Pagos s /contrib.impostos e outros	24.257	408.624
- Juros incorridos s/provisão p/contingências (1)	-	2.923.532
TJLP sobre REFIS	469.426	417.662
Comissões, despesas bancárias e outras	84.796	83.828
Receitas Financeiras	327.801	561.353
Taxa de Permanência	84.828	87.040
Apropriação de Juros e multas (2)	242.973	270.517
TJLP - Taxa de juros de longo prazo	-	203.796
Total	698.563	3.431.587

(1) Os juros incorridos sobre a provisão para contingências em 2002, decorreram da reavaliação a maior da provisão, com base na opinião da consultoria independente contratada pela empresa.

(2) A apropriação da receita de multa e juros refere-se à correção dos valores a receber relativos a: parcelamento de imóvel desapropriado; contratos de concessão de direito real de uso e valores em cobrança judicial.

14 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foram realizados ajustes devedores na Conta Prejuízos Acumulados, no valor de R\$ 135.564, e ajustes credores, no valor de R\$ 61.926. Os ajustes referem-se, principalmente a reversão de baixas do ativo imobilizado, ressarcimento de dívida de pessoal compensada em parcelamento CONAB; e contabilização de outras despesas e receitas do exercício anterior.

15 – COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2003, a Empresa possuía cobertura de seguros contra incêndio, por valores considerados suficientes para cobrir eventuais perdas.

16 – REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

O valor da maior e menor remuneração dos Administradores da Empresa é R\$ 7.200 e R\$ 6.480, respectivamente, e dos Empregados é de R\$ 3.466 e R\$ 322, respectivamente.

17 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social, no valor R\$ 159.176.620, é dividido em 37.807.040.061 ações sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (97,57%); CONAB (2,07%); BDMG (0,22%); Outros (0,14%)

DIRETORIA

CÉLIO GOMES FLORIANI
Diretor-Presidente

DANILO DE SIQUEIRA CAMPOS
Diretor Técnico Operacional

DANUZA BIAS FORTES CARNEIRO
Diretora Administrativa

SEBASTIÃO MARTINS FERREIRA JUNIOR
Diretor Financeiro

CONTADORA
Vanda Lúcia Batista
CRC- 56.389

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Srs. Diretores da

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG

1- Examinamos os balanços patrimoniais da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG levantados em 31 de dezembro de 2003 e 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, como base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e, (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS-CASEMG, em 31 de dezembro de 2003 e 2002, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2004

Mauri Passig Martins

PKF – PANNELL KERR FORSTER

CRC- RJ 000319/0 S 8 MG – CGC-42.465.302/0002-66

MAURI PASSIG MARTINS

CONTADOR CRC – RJ 31381/0 T 2 MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ARMAZÉNS SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após ter examinado o Balanço Patrimonial da CASEMG, as respectivas Demonstrações do Resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido, as origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, e tendo por base os pareceres da Auditoria interna e dos Auditores Independentes, considerando, ainda, as providências regularizadoras adotadas pela Administração da Companhia, com relação aos itens apontados pelos Órgãos de controle, pelas Auditorias Interna e Externas e por este Conselho, recomenda sua aprovação pela Assembléia Geral dos Acionistas, por entender que as referidas demonstrações refletem em todos os aspectos relevantes a situação patrimonial, financeira e de gestão da Empresa.

Brasília-DF, 09 de março de 2004

Gilson Duarte Ferreira dos Santos
CPF 072.635.891-68

Gilberto Luzzi Diniz
CPF 150.966.966-34

Jacinto Ferreira
CPF 046.852.611-00

Hugo Vasconcelos
CPF 002.387.163-68

Jomar de Paula Rodrigues
CPF 327.654.286-20

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos 09 de março de 2004, às 14:00 horas, na sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na sala de reuniões, 9º andar, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF, foi realizada a 50ª Reunião, em caráter extraordinário, do Conselho de Administração da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG. Reuniram-se os membros do colegiado, com as presenças dos Senhores Luis Carlos Guedes Pinto, Lúcio Antônio Marques dos Santos, Áuria Neiva Pereira e Manoel Bibiano de Carvalho Neto. Ausentes, justificadamente, os Senhores José Amauri Dimarzio, Presidente do Conselho de Administração e Célio Gomes Floriani, Presidente da CASEMG. A reunião foi convocada para deliberar sobre a prestação de contas da Companhia no exercício de 2003. Dando início aos trabalhos, os membros deste Colegiado reuniram-se com o Presidente do Conselho Fiscal, Senhor Gilson Duarte Ferreira dos Santos, os representantes da CASEMG, o Chefe de Gabinete do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhor Erwin Klabunde, e a Coordenadora da AUDIN, Senhora Ilidia Maria Rabelo Lemos, tendo sido convidado para secretariar os trabalhos o Coordenador da ASJUR, Senhor Máriston Gama Lavigne. Foram prestados pelo Diretor Financeiro, Senhor Sebastião Martins Ferreira Júnior esclarecimentos acerca das demonstrações financeira e patrimoniais. O Colegiado deu continuidade aos trabalhos de avaliação e verificação do balanço patrimonial, das Demonstrações de Resultados do Exercício, Mutações do Patrimônio Líquido, Origens e Aplicações de Recursos. Notas Explicativas e o Relatório de Gestão, relativos ao exercício findo de 31 de dezembro de 2003, tendo por base os pareceres da Auditoria interna e dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos por parte do Diretor Financeiro. O Conselho de Administração manifesta-se pelo encaminhamento da matéria à deliberação da Assembléia Geral dos Acionistas. Nada mais sido tratado, foram suspensos os trabalhos pelo tempo suficiente para a redação desta ata que lida e aprovada, vai assinada pelos Senhores Conselheiros.

Brasília/DF, 09 de março de 2004.

(Confere com o original lançado em livro próprio).

Luís Carlos Guedes Pinto
Conselheiro

Lúcio Antônio Marques dos Santos
Conselheiro

Áuria Neiva Pereira
Conselheira

Manoel Bibiano Carvalho Neto
Conselheiro

Máriston Gama Lavigne
Secretário